

Eleições Presidenciais * A Luta contra a precariedade, desemprego, exploração, e pelo trabalho digno e com direitos * CRH – Prejuízos para a EDP, para o Erário Público e para os Trabalhadores

Eleições Presidenciais – 23 de Janeiro 2011



A todos aqueles que desejam um país melhor e confiança na possibilidade da sua construção, apelamos que se mobilizem em torno da candidatura de Francisco Lopes, apoiada pelo PCP, e contribuam com o seu voto para que no dia 23 de Janeiro se afirme pela vontade popular, um claro sinal de exigência de mudança na vida política nacional, e de um exercício das funções presidenciais, vinculado à defesa da soberania e independência nacionais, aos valores, direitos, e conquistas consagrados na Constituição da República.

Francisco Lopes denunciou, ao contrário de todas as outras candidaturas, as consequências de um Orçamento de Estado que foi patrocinado por Cavaco Silva e aceite como necessário por Manuel Alegre, Defensor Moura, e Fernando Nobre, e que constitui um instrumento de afundamento económico do país, de ampliação das injustiças e da pobreza, bem como de comprometimento do nosso futuro e soberania.

A Luta contra a precariedade, desemprego, exploração, e pelo trabalho digno e com direitos

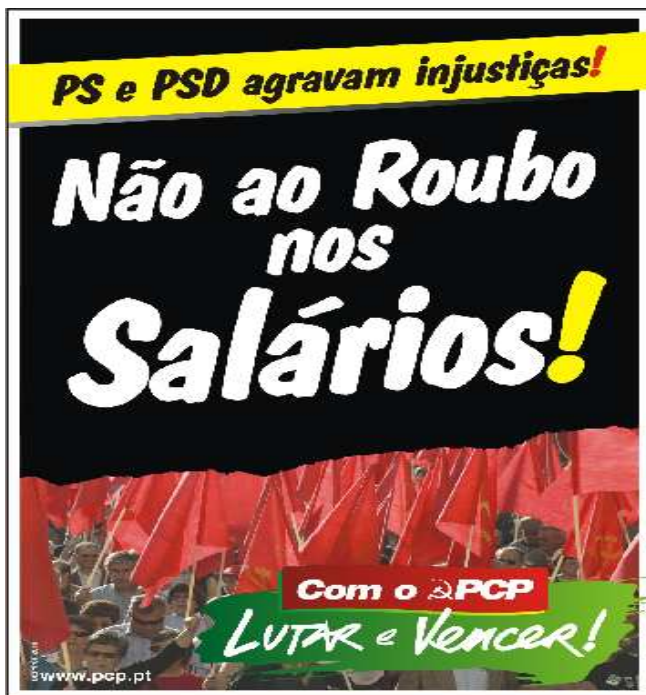
A Greve Geral de 24 de Novembro, que teve o envolvimento de mais de 3 milhões de trabalhadores, constituiu uma das mais importantes jornadas de luta realizadas em Portugal, e uma vitória sobre a resignação e o conformismo.

As razões que levaram à Greve Geral, mantêm-se na ordem do dia – os elevados índices de desemprego, a precariedade, salários em atraso, exploração desenfreada, destruição de Serviços Públicos, pobreza, miséria, fome, contrastam

com os crescentes lucros dos grandes grupos económicos e financeiros, a quem o governo obedece servilmente. O PEC e o malfadado Orçamento de Estado, gerados pela cooperação estratégica PS/PSD/Presidente da República, com cortes nos salários, congelamento de pensões e reformas, cortes no abono de família, aumento do IVA, aumentos da electricidade, gás, combustíveis, transportes,... vão agravar ainda mais o actual estado de coisas, e aprofundar a situação de crise.

Os trabalhadores da EDP e da REN, que integraram a Greve Geral, vencendo pressões e chantagens, contribuíram também para a vitória alcançada.

O PCP saúda os trabalhadores da EDP e da REN pela sua participação na Greve Geral, e em particular os jovens trabalhadores que, pela primeira vez, participaram numa luta desta envergadura.



Só a luta pode travar a ofensiva dos actuais detentores do poder político e económico. É necessário continuar a luta pela exigência de uma ruptura com a actual política de direita, contra a exploração dos trabalhadores, a dependência e a vulnerabilidade da nossa economia, luta esta que também se cvai tornar indispensável na EDP, para garantir um aumento de salários condigno, e para defender direitos contidos no ACT, que a administração pretende liquidar, nomeadamente nos Serviços de Saúde, não deixando de ter em conta a expectativa anunciada de lucros da empresa, superiores a mil milhões de euros, enquanto Janeiro nos traz aumentos generalizados no custo de vida.

CRH – Prejuízos para a EDP, para o Erário Público, e para os Trabalhadores

A falência da CRH, arrastando para o desemprego cerca de 3000 trabalhadores em regime precário, tem impactos negativos para a EDP e para o Erário Público.

Não pode passar ao largo, para além de uma gestão aventureirista e irresponsável, onde figuram os tradicionais “Audis” e “Porches” e outros gastos sumptuários, a responsabilidade da Administração da EDP. Assim, a promiscuidade entre uma empresa pertencente ao grupo CRH Sgps (ou psd), que se dedica ao negócio da venda de “carne humana” (prestação de serviços de recursos humanos), e a acção da EDP, fornecendo meios materiais e humanos necessários ao funcionamento dos “call centers”, é incompatível com a seriedade que se exige a uma empresa estratégica no campo da Energia. De notar que dos quadros dirigentes da CRH, fizeram parte ex-administradores e outros quadros superiores da EDP.

Também são de salientar os prejuízos para o Erário Público, com as dívidas ao Estado (Fisco e Segurança Social).

Para além de lamentar o triste espectáculo das inaugurações com a presença do 1º Ministro e administradores da EDP, e a cobertura mediática associada, é tempo de tomar medidas tendentes à alteração da actual forma de gestão da EDP, acabando com a especulação bolsista e domínio dos interesses privados numa empresa de Serviço Público. Como temos vindo a afirmar, é urgente pôr cobro ao controle e gestão privada da EDP, retomando o Estado o controle público e democrático da EDP

Os Trabalhadores da EDP podem contar com o PCP